

A ACEPÇÃO DE FAMÍLIA NA TEORIA PSICANALÍTICA: SIGMUND FREUD, MELAINÉ KLEIN E JACQUES LACAN



João Gualberto Teixeira de Carvalho Filho

Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ – Brasil

Wilson Camilo Chaves

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Brasil



Resumo

Percorrem-se os escritos de Freud, Melaine Klein e Lacan para sistematizar a acepção de família trabalhada por cada um desses autores, bem como examinar as continuidades e descontinuidades dessas acepções. Em seguida, apresentamos algumas considerações sobre o atendimento clínico com a família. Diferente do aconselhamento, da pedagogia, ou da perspectiva grupal, sob a ética da psicanálise, cada família é tomada na lógica do coletivo, que não se furta à incidência do estranho, do real.

Palavras-Chave: Psicanálise. Complexo de Édipo. Família.

Introdução

Afirma-se sempre que as históricas permitiram a Freud pensar a psicanálise. Porém, deve-se lembrar que Dora, Irma, Emme, enfim, todas essas coautoras eram também filhas, mães, esposas, portanto, estavam inseridas em uma família. No estudo e apresentação de seus casos clínicos, Freud insiste, constantemente, na relação do paciente com sua família, e demonstra o entrelaçamento de seus sintomas aos sintomas familiares, bem como o seu lugar na estrutura da família. Constata-se então, que a família não só está presente desde o início da psicanálise, objeto de sua pesquisa e estudo, como indaga-se: como surge a questão da família? Como se

situa, na teoria psicanalítica, este conceito? É um conceito psicanalítico? Como trabalhar na realidade clínica com a família?

Não obstante, diferente do século passado, confronta-se com a necessidade de exercer a prática psicanalítica em novos contextos, tais como a saúde pública, os hospitais e as escolas, em uma realidade social em que, a partir da metade de século XX, recebem-se no consultório e nas instituições famílias bastante diferentes em termos de estrutura e dinâmica: monoparentais; homoparentais; famílias tutoradas pelo Estado; criadas pela ciência, entre outras (MEIRA, 2003; ROUDINESCO, 2003). Neste ínterim, interroga-se de que modo a acepção psicanalítica de família é operativa no século XXI. Tal investigação justifica-se na clínica, no atendimento da criança, do adulto e do psicótico, mas também nas novas demandas feitas ao psicanalista para que ocupe seu espaço de instrumento clínico na saúde pública e em outras instituições (CARVALHO FILHO, 2008; 2010).

Mas, na análise dos textos disponíveis sobre a família e seu tratamento, observa-se a não sistematização do conceito de família, assim como direções díspares em seu atendimento. A maioria dos autores que trata da clínica psicanalítica com a família diverge quanto aos conceitos, às abordagens e à direção do tratamento. Também elenca-se da técnica de aconselhamento ou educação familiar, passando pela interpretação de um inconsciente coletivo, até a análise de grupo. Conclui-se que o tratamento psicanalítico com a família é um assunto incômodo e, muitas vezes, evitado. Mas há demanda.

Ao psicanalista, a família se apresenta como uma ficção, uma construção mítica particular, tecida através de laços imaginários que mantêm unidos os seus integrantes, local onde se insere o sintoma familiar. Novamente, surgem perguntas nesse campo clínico. Como lidar com a transferência? Ao escutar a família, o analista se posiciona diante de um grupo familiar ou de vários sujeitos?

Portanto, faz-se necessária a pesquisa da acepção de família, de sua utilização clínica e teórica, nas obras de autores como Freud, Melaine Klein e Lacan, pilares da teoria psicanalítica que emprestam o conceito de família da sociologia e o subvertem em uma acepção psicanalítica. Compreendemos que o conceito de complexo de Édipo figura como pivô em torno do qual se faz possível a articulação das acepções de família utilizadas pelos autores estudados e sua relação com os três registros lacanianos: Real, Imaginário e Simbólico.

Freud, ao construir sua acepção de família através do complexo de Édipo, conduz a um enfoque Simbólico desses constructos. Melaine Klein privilegia o Imaginário, ao utilizar dos seus conceitos de *Phantasia* e *imago*. Lacan, nos primeiros momentos, relaciona a acepção de

família ao Imaginário no Estádio do Espelho e, na estrutura simbólica da linguagem, ao Simbólico. Mas, posteriormente, utilizando a topologia dos nós borromeanos em uma nova leitura dos Nomes-do-Pai, destaca o Real como uma nova formalização da família.

Ao final desse percurso, assume-se a possibilidade do atendimento psicanalítico com a família, posição a partir da qual se tecem algumas considerações que lhes convidam ao desafio da necessidade, mas, também, ao desejo, do desenvolvimento da teoria dessa clínica.

A Família Freudiana: a ordem simbólica

Esse percurso se inicia na grande invenção freudiana do complexo de Édipo, ao final do século XIX, quando Freud introduz, na cultura ocidental cristã, a idéia de que o pai gera o filho que será o seu assassino (ROUDINESCO, 2003). Esse pai morto é recuperado, por meio da vivência edipiana, como um pai simbólico, um pai de identificação. Passa-se, então, de uma leitura sociológica e antropológica da família, a uma acepção psicanalítica da mesma: “Assim, Freud chegou rapidamente a formular uma teoria da família [...] fundada sobre uma dissimetria, aparecida desde as primeiras investigações na situação dos dois sexos em relação ao Édipo [...]” (LACAN, 1938/1997, p.53).

Freud introduz na teoria psicanalítica a noção de complexo de Édipo através da literatura, a releitura do mito de Sófocles, e, também, o personagem de Shakespeare, Hamlet, e de Dostoiévski, os irmãos Karamazov. Esses três heróis, Édipo (inconsciente), Hamlet (culpa do desejo) e irmãos Karamazov (morte do pai real), são transferidos por Freud para o psiquismo individual através do complexo de Édipo. Dessa forma, a família é introduzida no cerne de uma nova ordem – a ordem simbólica (CARVALHO FILHO, 2008; 2010).

No ano de 1897 Freud abandona a teoria da sedução e menciona, pela primeira vez, o mito do Édipo. Por conseguinte, o homem edipiano vai aparecer no momento da passagem de Freud de uma concepção traumática do conflito neurótico à teoria do psiquismo inconsciente. Na *Carta 71 à Fliess* (FREUD, 1897/1976), sem imaginar que posteriormente seu interlocutor utilizaria o bisturi para extirpar a doença das histéricas, Freud, em uma descrição cuidadosa das relações entre a criança e os pais, menciona, pela primeira vez, o mito grego de Édipo: “sendo assim, podemos entender a força avassaladora de *Oedipus – Rex*, apesar de todas as objeções levantadas pela razão contra pressuposições do destino” (FREUD, 1897/1976, p.365). Tal acento à universalidade do mito grego desvela que a compulsão captada por Édipo é reconhecida por cada pessoa, porque sente sua presença dentro de si, temendo a realização do sonho edípico (FREUD, 1897/1991).

Assim, Freud inicia a construção desse conceito, tarefa árdua e duradoura, que acompanhará todo o desenvolvimento da teoria psicanalítica. Neste sentido, o próprio termo “complexo de Édipo” será utilizado apenas posteriormente (FREUD, 1910/1976). Logo, para se entender como Freud desenvolveu o conceito de complexo de Édipo e, concomitantemente, a acepção de família, é necessário acompanhar sua progressiva construção da teoria da sexualidade. Para isso, retoma-se com Freud o surgimento da família e da civilização.

Nos textos freudianos que versam sobre a família primeva, *Moisés e o Monoteísmo* (FREUD, 1939/1976) e, principalmente, em *Totem e Tabu* (FREUD, 1912-1913/1976), encontra-se as relações entre a horda primitiva, a civilização e a religião. Essa família primeva, anterior à edípica, caracteriza-se pela ausência da lei e pelo império de um pai não submetido à mesma, devorador e incestuoso. A relação entre a família primeva, o clã totêmico e o complexo de Édipo, núcleo da família moderna e conceito estruturante da mesma na teoria psicanalítica, será promovida por Freud por meio da idéia da *herança arcaica*.

No complexo de Édipo, repara-se no sujeito a presença dessa herança. Durante a vivência edípica, as reações da criança não se apoiam apenas no que experimentou, mas no modelo de um acontecimento filogenético que traz elementos arcaicos vinculados a experiências de gerações anteriores. Esses traços de memória, esses precipitados psíquicos, são despertados por uma repetição real, pois, no romance familiar, a família da realidade psíquica se apresenta como um suporte para a família imaginária. Tal reativação, levada a termo pelo complexo de Édipo, constitui-se em passo decisivo que indica a passagem da natureza (sensório) para a cultura (intelectual). No Édipo, vivido na família, reedita-se a renúncia pulsional sob a pressão da autoridade paterna e, posteriormente, da instância que substitui e prolonga o pai – o supereu.

Destarte, após a instalação da nova ordem (fraterna), inicia-se um desenvolvimento que tem por característica o retorno do recalcado. Na criança, a ambivalência, que se constitui como parte essencial da relação com o pai, sustenta a hostilidade presente e desperta o crime primordial do pai totêmico, ao apontar para as mesmas estruturas edípicas também presentes nas proibições de tabus totêmicos. Configurada, assim, a família primeva como primórdio da família edípica, examina-se agora a questão do tabu.

Relacionando o banquete totêmico à morte do pai e ao aparecimento da lei, do remorso e da culpa, Freud promove a relação entre dois tabus fundamentais, o do incesto e o do totemismo, e a instituição da família moderna. Essa articulação é necessária, pois Freud diferencia o sistema totêmico, cujo laço é mais forte, uma vez que o totem é herdado pela linhagem feminina, do sistema familiar no sentido moderno. Sabe-se que, inicialmente, as

proibições incidiram sobre as relações incestuosas fraternais e com a mãe e, apenas posteriormente, regularam também as relações dos filhos com o pai.

Sobretudo, as restrições do tabu proíbem aos membros do mesmo clã que se casem ou mantenham relações sexuais uns com os outros. Posto que o tabu do incesto proíbe o que as suas pulsões os inclinam, pois aquilo que a natureza proíbe é supérfluo que a lei o faça, a proibição do incesto não deve ser entendida como uma medida de higiene e eugenia, mas como uma proibição que incide sobre o desejo (CARVALHO FILHO, 2010).

Para relacionar a família primeva com a família moderna, Freud (1912-1913/1976) remete à fobia de crianças, em que algumas características do totemismo aparecem em inversão: a identificação total do pai com o animal totêmico (objeto fóbico) e a vivência emocional e ambivalente para com esse ancestral comum. O papel do totem é desempenhado pelo pai no complexo de castração e no complexo de Édipo (FREUD, 1924/1976), papel de um inimigo temível aos interesses sexuais da infância. Não matar o totem e não manter relações sexuais na mesma casa totêmica. Eis as principais leis do totemismo, que coincidem com os dois crimes de Édipo: matar o pai e casar-se com a mãe.

Desse modo, o sistema totêmico é produto das mesmas condições presentes no complexo de Édipo, que possibilitará, então, o estabelecimento de um pacto. O pai se compromete a proteger e a cuidar da prole, e os filhos se comprometem a respeitar a vida do pai. Por intermédio da renúncia pulsional, a proibição do incesto é que permitirá o acesso à civilização, dado que, agora, são necessárias duas outras famílias, uma apta a fornecer um homem e outra uma mulher, que pelo casamento permitem o surgimento de uma terceira família. Logo, uma família não existiria sem a sociedade e seu processo social de aliança. Nesse processo podemos observar, por um lado, a troca, a circulação de mulheres e, por outro, a proibição do incesto, permitindo que as famílias se aliem umas às outras, não permanecendo cada uma em seu próprio nicho. Portanto, a proibição do incesto é condição tão necessária à criação de uma família quanto à união de um sexo a outro.

Vimos que Freud desenvolve o conceito de complexo de Édipo durante toda a sua obra, porém, alguns textos são específicos e primordiais, pois enfocam a família edípica e a teorização do complexo de Édipo. Entre esses destacam-se: *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905/1976); *Romance familiar do neurótico* (1908 - 1909/1976); *Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância* (1910/1976); *Um tipo de escolha especial de objeto feita pelos homens* (1910/1976); *A dissolução do complexo de Édipo* (1924/1976); e *Sexualidade feminina* (1931/1976). Percorrendo esses escritos, observa-se que Freud utiliza de vários elementos da história da sexualidade para a composição do conceito de complexo de Édipo:

teorias sexuais infantis; romances familiares; lembranças infantis recuperadas como fantasias. Logo, pode-se concluir que a realidade familiar e edípica é, na verdade, realidade psíquica. Mas, posteriormente, uma nova conceitualização do complexo de Édipo é elaborada por Freud a propósito da Teoria da Identificação. Em 1924, no texto *A dissolução do complexo de Édipo* Freud apresenta as diferenças no complexo de Édipo do menino e da menina, e também indica a importância do estudo da sexualidade feminina.

Esse trabalho de construção teórica conduziu Freud a deixar clara a diferença entre a realidade e a realidade psíquica da vivência edípica e da família. Assim, conforme dito anteriormente, o enfoque simbólico da concepção freudiana de família e do Édipo constitui uma posição que permite a Freud considerar que a família é a maior coletividade da humanidade sem obstar que, em cada família, os lugares da vivência edípica são encarnados por pais e mães da realidade.

Finalmente, apesar de enfatizar a importância da fase pré-edípica, Freud não a teorizou. Esta tarefa coube a Melaine Klein. A seguir, verão como as contribuições de Melaine Klein, interessada na origem das psicoses e nas relações arcaicas da criança com a mãe, possibilitou o acesso ao mundo fantasmático de crianças muito novas cujas relações objetais, formadoras da família, ocupam posição central.

A vida imaginária da criança na acepção psicanalítica de família de Melaine Klein

A autora diferenciou sua teoria do complexo de Édipo da teoria freudiana ao fundamentar suas ideias sobre o Édipo nos conceitos Imaginário e *Phantasias* inconscientes, postulando a precocidade da vivência edípica, a conseqüente formação do Supereu e o surgimento inevitável da culpa, conseqüência das tendências orais e anais, sob as quais afirma a presença da libido genital, como também, a existência de um ego mais organizado, embora cindido, logo no primeiro ano de vida. Ego capaz de estabelecer relações objetais parciais e mecanismos de defesa que visam à angústia.

A problemática da *phantasia* inconsciente é um conceito nodal da teoria kleiniana, por meio do qual podemos unificar seus múltiplos aspectos teóricos e práticos. A grafia *phantasia* sugere a conotação psicanalítica do termo, mas, principalmente, a evolução de seu sentido na obra de Klein. Definida como expressão psíquica das pulsões, a função estruturante da *phantasia* estende-se a toda a vida psíquica. Mesmo reduzida à sua dimensão inconsciente, concerne a tudo o que pertence à vida pulsional e a todas as pulsões; ainda, mantém relação

com os objetos e se insere na cultura. A *phantasia* possui uma objetividade própria, uma realidade psíquica incontestável (KLEIN, 1921/1970).

Portanto, a *phantasia* situa-se na interação de uma realidade interna e de uma experiência efetiva, porém, reduzida, de início, da realidade externa. Constituindo a linguagem fundamental dos impulsos instintuais, está sujeita, como tal, ao princípio de prazer, ao processo primário, regente de todas as produções do inconsciente.

Quanto ao imaginário kleiniano, esse é constituído por um conjunto de objetos internos, cuja representação denomina *imago*. Assim, cada *imago* é constituída pela *phantasia* inconsciente, à qual se acoplam as demais representações afins com o impulso a ela ligado. Esse conjunto de representações, cujo núcleo é a *phantasia* inconsciente primeira, é designado objeto interno. Para Klein, os inúmeros objetos internos se relacionam e se influenciam mutuamente, constituindo um mundo interno próprio a que se chama de Imaginário. Deste modo, o imaginário kleiniano obedece às leis do inconsciente, que se estrutura como *phantasias*.

Tais conceitos, *imago* e imaginário, são necessários à tarefa de sistematizar os conceitos de complexo de Édipo e de família, na teoria kleiniana.

Klein organiza suas ideias, presentes em artigos anteriores, no texto *Algumas conclusões teóricas sobre a vida emocional do bebê* (KLEIN, 1931/1982). Seu retorno ao conceito freudiano de pulsão de morte (até então, abandonado pelos autores pós-freudianos), visa afirmar que o conflito pulsional (libido vs. pulsão de morte), se encontra no cerne das tendências hostis presentes na vivência edípica e, portanto, na origem da agressividade humana e da angústia, vivenciada não como angústia de castração, mas como angústia de morte. A angústia é a reação imediata da pulsão de vida à ação destruidora da pulsão de morte. Divergindo de Freud, Klein afirma que a angústia humana mais fundamental não é o medo de castração, mas o medo de sua própria destruição (KLEIN, 1928/1970).

Ao contrário de Freud, a autora tem acesso primeiro ao complexo de Édipo da menina, observado na análise de Rita, o que lhe permite descrever três longas etapas da vida edípica. Klein acentua o início do Édipo no desmame e, principalmente, afirma que os fenômenos típicos e definidos do complexo são apenas o resultado de uma evolução que se estende por anos. A consequência do pensamento kleiniano do Édipo arcaico é a revisão total da teoria freudiana da sexualidade feminina, a nova interpretação da inveja do pênis e a introdução de um complexo de feminilidade do menino semelhante ao complexo de masculinidade na menina. Mediante tais mudanças, também as relações objetais, formadoras da família, foram necessariamente reinterpretadas.

Posto que a concepção kleiniana do Édipo caracteriza-se por um alargamento considerável do campo de fenômenos associados a esse complexo, antes reduzido a uma manifestação contemporânea da fase fálica, crise breve e intensa, o complexo de Édipo torna-se um processo ordenado com duração de anos, e engloba a totalidade do desenvolvimento da criança, entre o desmame e o período de latência. As relações pré-fálicas da criança para com a mãe são enfatizadas por Klein, que, dessa forma, materniza mais as relações edípicas da criança, lidas por meio dos conceitos de *phantasia*, *imago* e imaginário. As projeções e introjeções nesse mundo interno, imaginário, que determinam a formação do eu, modificam a visão da realidade familiar da criança.

Embora o pensamento kleiniano já esteja com seu núcleo construído a partir de 1927, a introdução dos conceitos de posição esquizo-paranoide e posição depressiva, momentos diferentes da evolução psíquica da criança que podem ser localizados no tempo (enquanto subdivisões do estádio oral), promovem modificações importantes cujas influências buscaremos compreender em sua teorização do complexo de Édipo.

Klein aborda pela primeira vez, em 1934, os estádios infantis do desenvolvimento em termos de posição: “posição refere-se a conjuntos específicos de angústias e de defesas que se manifestam repetidas” (KLEIN, 1934/1970, p.15). Dessa forma, o aparecimento de uma nova posição não suprime totalmente a ação dos mecanismos e operações da posição anterior, o desenvolvimento, apresenta uma constante oscilação de uma posição a outra, conforme seus movimentos de regressão e progressão.

As posições descrevem as relações de ódio e de amor entre a criança e a sua mãe, trazendo à luz da psicanálise todo o material recalcado que Freud só havia acessado em adultos em regressão. Isso centra a questão da família, na obra kleiniana, nos primeiros anos de vida da criança e em sua relação com a mãe. Contudo, Klein não descarta a posterior vivência do Édipo, como descrita por Freud.

Segundo Klein (1995), sem que para tal utilize nenhuma realidade antropológica, a mãe é objeto de todas as projeções odiosas e fusionais. Na família moderna, estão presentes desejos funestos e tormentosos, geradores de inúmeras patologias e, portanto, requisitantes da norma no cerne da relação entre a mãe e o filho. Porém, essa norma, autoridade do pai, torna-se apenas suporte do poder da mãe sobre o filho, culminando na noção de autoridade partilhada, posteriormente desenvolvida por Winnicott (1975) no texto *A criança e seu mundo*. A partir das ideias de Winnicott, encontramos o conceito de família ligado à ideia de dinâmica. Assim, para se entender kleinianamente o funcionamento da família, descrito como a dinâmica do

inconsciente, devemos recorrer aos mecanismos psíquicos básicos: a identificação projetiva e a identificação introjetiva.

Desse modo, Melaine Klein acrescenta à acepção psicanalítica de família o acesso à vida imaginária da criança, as suas *imagos* maternas e paternas, bem como a vivência de seus objetos parciais. Porém, não tendo em sua prática clínica atendido aos pais, para dar ao atendimento com a criança o estatuto de psicanálise, em sua obra a autora não trabalha com a abordagem clínica da família. Em contrapartida, o próximo autor, Jacques Lacan, apresenta grande contribuição à acepção psicanalítica de família, assim como a uma nova leitura do complexo de Édipo.

Lacan: a Família como estrutura, o Simbólico e o Real

Já em 1938, no texto *Os complexos familiares* (1997), a família, segundo Lacan, está sob a o ponto de vista da psicologia, por meio da análise e da observação. Utilizando-se de conhecimentos clínicos sobre o Édipo e de análise das teorias psicanalíticas, antropológicas e sociológicas, Lacan leva a uma compreensão sobre a família e sua evolução, valendo-se, inclusive, das ideias do biólogo alemão Jakob Von Meseküll. Grosso modo, a interiorização do meio em que vive cada espécie determina a relação de dependência entre o meio e o indivíduo, mas, apoiando-se em Melaine Klein, Lacan considera que, em se tratando de família, o que é interiorizado são as representações marcadas pelo materno e pelo paterno a que se chama de *imago*. Porém, interpretando a Esfinge do Mito de Sófocles como a mãe, ao contrário de Freud que a coloca como pai, Lacan pôde ver na morte da Esfinge a emancipação das tiranias matriarcais e, assim, preocupar-se em separar o feminino do materno (ROUDINESCO, 2003). Nesse sentido, distancia-se de Klein.

Para Lacan, a família moderna é uma contração da instituição familiar. Em seus estudos, objetiva os complexos presentes no desenvolvimento em detrimento aos instintos, o que lhe permite postular, como formadores da subjetividade, o complexo do desmame; o complexo da intrusão e o complexo de Édipo:

[...] Lacan introduz a ideia de que o homem é social, não porque quer, mas por necessidade. Assim, o sujeito é capturado primeiramente pela imago da mãe, em seguida pela presença do intruso irmão e, finalmente, pela sua própria imagem refletida no espelho, que o alienará, para sempre, nesse outro que é ele mesmo. Neste Estádio do Espelho, segundo Lacan, há uma tentativa, por parte do sujeito, de resgatar e refazer o vínculo perdido, apartado pelo nascimento e presentificado no desmame (CHAVES, 2002, p.69).

Posteriormente, nos seminários *As Psicoses* (1955-1956/1988), *As Formações do Inconsciente* (1957-1958/1999) e, no texto avulso, *O mito individual do Neurótico* (1952-1953/2008), entre outros, Lacan desenvolve a ideia do complexo de Édipo sustentado na função da metáfora paterna, desvelando sua importância na formação do sujeito, do simbólico e do inconsciente.

Mas, é com a sua releitura revolucionária do complexo de Édipo freudiano, usando os conceitos do estruturalismo, da linguística e dos nós borromeanos, que Lacan contribui para o esclarecimento da acepção de família, agora como estrutura, ordenando a questão do falo, do Nome-do-Pai como significante da lei, e estabelecendo os registros da falta e do objeto como frustração, privação e castração.

Assim, para Lacan, a função paterna é romper a relação especular da criança com a mãe: o falo. O pai não produz a lei, mas é o efeito dessa lei e a representa. Portanto, o Nome-do-Pai é um significante privilegiado que substitui o desejo da mãe e instaura a divisão do sujeito.

Segundo Lacan, em uma família, há lugares ou funções de mãe, de pai e de filho, que se articulam na constituição do sujeito. É no contato da criança com o Outro (*Autre*), inicialmente representado pela mãe, pela linguagem, que ela se constitui como sujeito: “Esse é o momento do Édipo, em que se interpõe à relação dual, imaginária por excelência, uma relação ternária, simbólica, instaurando o inconsciente” (CHAVES, 2002, p. 69).

Na tentativa de se localizar, o sujeito dirige ao outro uma pergunta: O que quer? Pergunta fundamental para se pensar a posição do sujeito diante do desejo. Aí, tem-se a entrada do pai, cuja função é proibir o gozo por meio de duas proibições: à criança, não dormirás com sua mãe, e, à mãe, não reintegrarás o seu produto. Usando essa dupla proibição, o pai faz o corte fundamental entre a criança e a mãe, pois retira a criança do circuito mãe-filho e do lugar de objeto do desejo da mãe: o falo.

O pai, como efeito da lei, apenas a representa. Ao se falar do Nome-do-Pai, está-se referindo a um significante privilegiado que substitui o desejo da mãe e instaura a divisão do sujeito, tornando-o ser de desejo. Ressalta-se que o lugar do pai pode ser ocupado por outras pessoas, desde que se coloquem no lugar da lei da interdição.

Na metáfora paterna, o importante é o que a mãe faz com a palavra do pai, com sua autoridade, a maneira como ela preserva o Nome-do-Pai. Da parte do pai, sua relação com a lei deve considerar-se em si mesma. Lacan diz que “um pouco de severidade” não faz mal, se

severidade é o rigor na observância da lei. Conclui-se que o pai severo é o melhor para promover a lei.

Encontramos o pai sem sua vertente simbólica e em sua vertente de realidade. O pai simbólico é o pai morto, desnecessário, desde que a mãe faça operar sua lei. Em contrapartida, é importante observar que se vê uma busca de uma figura do pai, de uma *presença* que melhor encarne a lei, alguém que articule esse significante. Não basta que ele seja trazido pelo discurso da mãe.

Sabemos que Lacan define o Nome-do-Pai como um nome dado à alternância da presença e da ausência da mãe. Logo, outra coisa pode ser utilizada para funcionar nesse lugar, pois a função do pai não é uma função imaginária. Isso porque há limites ao alcance do simbólico que não recobre todo o real. Portanto, o pai como representante de uma função simbólica não a representa plenamente. Na impossibilidade da representação simbólica plena, encontra-se a figura do pai imaginário:

[...] A posição do pai real tal como Freud a articula, ou seja, como um impossível privador [...] isso vem da própria posição. De modo algum é surpreendente que encontremos sem cessar o pai imaginário. É uma dependência necessária, estrutural de algo que justamente nos escapa o pai real. É o pai real. Está estritamente fora de cogitação defini-lo de uma maneira segura, que não seja como agente da castração (LACAN, 1992, p.121).

Vemos, portanto, a distinção do pai simbólico, representante da lei, e do pai real como agente da castração. Isso indica, claramente, a necessidade de alguém que efetue esse corte, o qual não pode ser feito pelo pai simbólico cuja característica é a ausência. É necessário que haja a presença, real, de alguém que articule o Nome-do-Pai.

A função do pai está ligada à efetuação de sua palavra. Por meio dela, o pai pode operar como agente da castração. Logo, afirma-se que o pai real é apenas um efeito de linguagem. Todavia, devemos considerar que, pai simbólico, pai real e pai imaginário são registros interligados, o que possibilita o exercício de sua função.

Compreende-se, assim, porque, para Lacan, o pai tem tantos nomes que não há um que lhe convenha. O pai, como Nome, faz referência a variedades possíveis do Nome-do-Pai, modos de bordejar a falta.

A família na teoria psicanalítica

Encontra-se a questão da família nos primeiros escritos freudianos, porém, mais importante, observa-se que Freud e Lacan apresentam textos específicos sobre a família. Freud, em seus escritos sobre a família primeva e, Lacan no texto *Os Complexos Familiares* (1938/1997). Freud já nos apontava para o fato de que, apesar da importância do conceito complexo de Édipo, é necessário considerar que os lugares dessa estrutura são ocupados por pais e mães, homens e mulheres “encarnados” por pais da realidade, não apenas simbólicos. Vimos com Lacan (1992) que há limites ao alcance do simbólico que não recobre todo o real, que o pai como representante de uma função simbólica não a representa inteiramente. Logo, apesar das funções e dos lugares, contribuição do estruturalismo, não se pode negligenciar que estes lugares são ocupados por determinados pais e mães. Como não são abstratos, esses pais da realidade têm sua história, estruturam-se de determinada maneira e estão submetidos a influências culturais distintas. Portanto, a aceção de família, na psicanálise, é dada por intermédio do complexo de Édipo e, tanto teoricamente, quanto na clínica, se lida também com a realidade da família. Tal fato remete ao difícil assunto do tratamento psicanalítico com a família.

Considerações finais: sobre o tratamento psicanalítico com a família

Sabe-se que Freud designou a família como a maior coletividade da humanidade. Posteriormente, Lacan apontou o diferencial entre o coletivo e o grupo: no coletivo não há identificação com o líder, indispensável ao grupo. Sabemos que o cálculo do coletivo leva em conta que, uma pessoa, só pode saber sobre si a partir do outro, e de possibilitar o conhecimento da lógica dessa situação supondo o *um-por-um*. Assim, delimita-se o campo de trabalho no atendimento com a família: não se dirige ao grupo, à família, mas a sujeitos distintos.

A dinâmica transferencial convida o psicanalista a ocupar diferentes lugares, em diferentes momentos, para os sujeitos presentes. Enquanto destinatário de transferência cabe ao analista fazer *semblant* de falta, necessária a cada um.

Uma vez que o trabalho com a família apoia-se nos conceitos fundamentais, inconsciente, transferência, repetição e pulsão, e, se o analista mantém a escuta, operando com o desejo do analista, está de fato comprometido com a ética da psicanálise, mesmo com uma estratégia diferente da análise individual.

A família, além de sua tarefa de constituir o sujeito, precisa ajudá-lo a lidar com o mal-estar, permanente produto do “estranho”, do não-todo estrutural do sujeito. Freud (1919/1976,

p.177) postula o estranho familiar: “aquela categoria do assustador, que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar”. Sua questão pode ser assim formulada: como é possível e, em que circunstâncias, o familiar pode tornar-se estranho e assustador?

Para Freud, a resposta está no fato de que o familiar traz, também, algo escondido, oculto, que se mantém fora de vista. Um estranho, nada de novo ou alheio, familiar, há muito estabelecido na mente e dela alienado por meio do processo de recalque. Porém, tal impressão de estranheza manifesta-se na vida cotidiana, na criação estética, quando certos complexos infantis recalcados são abruptamente despertados em diversos temas angustiantes (ROUDINESCO, 2003).

A angústia do sujeito, frente ao irrompimento do “Estranho”, do Real, é encontrada na família, em seu ponto vazio, em sua constituição, no não-todo. Isso porque a família, assim como a mulher, por um lado, encontra-se submetida ao que é da ordem do falo, portanto, sujeita à castração. Por outro, ao não-todo fálico. Articulada ao que é do campo do significante, ao que é da ordem da castração, a família institui-se conforme a estrutura do complexo de Édipo, tendo sua origem, suas leis e normas que a ordenem. Mas, justamente no que diz respeito ao que é da ordem do gozo, do pulsional, inarticulável, exige algo que a barre e faça-lhe borda, insurge o “Estranho”, o insuportável.

Portanto, a família é uma estrutura ancorada na lógica do não-todo fálico, apresentando em sua estrutura um ponto vazio no qual não há palavra que possa dizê-la toda. Logo, a família tem, em sua base, a falta, falta essa estrutural. Os mitos familiares, as ficções presentes no romance familiar, permitem bordejar esse ponto vazio da estrutura familiar.

O que a psicanálise propõe então, introduzindo o conceito de sujeito, é que a família possa ser vista não como uma massa, uma soma de individualidades, mas, sim, como um conjunto aberto, uma coleção de singularidades, em que cada membro possa ser tomado *um-a-um*.

Assim, do ponto de vista da psicanálise, a família deve ser tomada em suas particularidades. Não pensando “A família” como modelo, mas famílias, com suas particularidades de funcionamento.

No atendimento com a família produz-se um campo discursivo com seu encadeamento de significantes, produto e efeito da estrutura familiar. Escuta-se o discurso do Outro, dos pais, que opera transferencialmente. Escuta que se faz de um-a-um.

Portanto, a *escuta analítica* da família pode sustentar-se, legitimar-se e ser formalizada a partir do fundamento mesmo que norteia a práxis psicanalítica: o sujeito do inconsciente. Esse trabalho possibilita, na família, mudanças nos discursos dos sujeitos, ressignificando,

reposicionando, enfim, alterando a cadeia de significantes que sustenta a subjetividade dos sujeitos da família.

Formalizar o trabalho psicanalítico com a família só é possível na medida em que a cadeia de significantes familiares impõe a missão de possibilitar a abertura do inconsciente, que não é inconsciente coletivo, de forma que a cadeia familiar na qual os sujeitos se apresentam, possa quebrar-se e, libertos os sujeitos da família, possam constituir uma cadeia aberta ao deslizamento dos significantes.

O trabalho da psicanálise com a família deve considerar um duplo caminho. Por um lado, como qualquer psicanálise, definir o trabalho com a transferência, e, por outro, a direção do tratamento tendo, por meta, um final.

Mas também se faz necessário que se considere a família como uma estrutura da lógica do coletivo, e não como um grupo, mantendo a sustentação de que trabalhamos com a incidência do real, do estranho.

Para esse trabalho com a família, é necessário pensar a família como um coletivo e, portanto, na lógica do um-a-um, cada um em relação ao outro, o que possibilita manter no campo da psicanálise e, dessa forma, evitar o aconselhamento ou a pedagogia.

Escutar a família psicanaliticamente, na lógica do coletivo, detectar o entrecruzamento dos fantasmas e fantasias e de seus componentes, permite detectar a função de algo residual dentro da família. Na função do resíduo, encontra-se a constituição subjetiva que implica a relação de um desejo “não anônimo”, no qual incide o real, portanto, o mal-estar, o impossível. Nas considerações sobre a família feitas por Lacan no texto *Duas notas sobre a criança* (1969), ele destaca que a função de resíduo:

“[...] sustenta, ao mesmo tempo, a família conjugal na evolução das sociedades, ressalta o irreduzível de uma transmissão-pertence a uma ordem distinta da satisfação das necessidades, que é a de uma constituição subjetiva que implica uma relação com um desejo que não seja anônimo” (LACAN, 1969, p.56).

A escuta psicanalítica com a família inclui o mal-estar, pondo em destaque o que é da ordem da desconstrução. Operando com a demanda na família, criam-se possibilidades de utilização do dispositivo analítico. Esse trabalho com a família é possível por existir a lógica do coletivo, proposta por Lacan, marcando diferença com a lógica do grupo. Na lógica do coletivo, toma-se a família como “conjunto”, que funciona graças ao elemento que lhe é exterior. A família, tomada na lógica do coletivo, vai tratar “um-por-um”, o não-todo, as diferenças. Portanto, não se pode dizer que a clínica com a família ocorre com o grupo, como afirma Freud em *Psicologia das massas e análise do ego* (1921/1976), mas a psicanálise com

a família toma-a na sua dimensão não-toda, do um-por-um, das diferenças, pois cada família tem um conjunto de significantes que determina o dizer de cada sujeito, configurando uma particularidade familiar. Assim, na clínica com a família, deve-se levar em consideração tanto os aspectos do sujeito quanto os aspectos da família, dentro de uma lógica do coletivo.

Empreender um atendimento com a família, sob a ética da psicanálise, implica desconstruir certo imaginário familiar, diminuindo seus efeitos, esvaziando fantasias, retificando posições subjetivas e reinscrevendo o sujeito no campo do Outro, também barrado. Tarefa árdua, principalmente porque ainda em desenvolvimento, mas presente em demandas clínicas.

THE MEANING OF FAMILY IN PSYCHOANALYTIC THEORY: SIGMUND

FREUD, MELAINE KLEIN E JACQUES LACAN

Abstract

Review the writings by Freud, Melaine Klein and Lacan in order to systematize the meaning of family in each one of these authors, as well as to examine continuities and discontinuities of such meanings. Then, we present some considerations about the clinical treatment with the family. As opposed to counseling, to pedagogy or to the group perspective, under the ethics of Psychoanalysis, each family is assumed to be under the logics of a collective unity, which will not evade the incidence of what is strange, of what is real.

Keywords: Psychoanalysis. Oedipus Complex. Family.

EL SIGNIFICADO DE LA FAMILIA EN LA TEORÍA PSICOANALÍTICA DE

SIGMUND FREUD, MELAINE KLEIN Y JACQUES LACAN

Resumen

Paseo por los escritos de Freud, Lacan y Melaine Klein para la sistemática el significado de la familia trabajada por cada uno de estos autores, así como examinar las continuidades y discontinuidades de estos significados. A continuación, algunas consideraciones sobre la atención clínica con la familia. A diferencia de asesoramiento, la pedagogía, o la perspectiva del grupo, bajo la ética del psicoanálisis, cada familia se toma en la lógica de colectivo, que no evita el efectos de lo extraño, lo real.

Palabras - clave: Psicoanálisis. Complejo de Édipo. Familia.

Referências

CARVALHO FILHO, J. G. T. *O conceito de família na teoria psicanalítica: uma breve revisão. Pesquisas e Práticas Psicossociais* [on-line] v.3 n.1, 2008. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portalsepositorio/File/revistalapip/volume3_n1/pdf/Carvalho_Filho.pdf>. (Acessado em 20/01/2009).

CARVALHO FILHO, J. G. T. *A acepção de família na teoria psicanalítica: Sigmund Freud, Melanie Klein e Jacques Lacan*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del Rei.

CHAVES, W. C. A noção lacaniana da subversão do sujeito. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 22, n.4, p.68-73, 2002.

FREUD, S. Extrato dos documentos dirigidos a Fliess. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (v. I, p. 381-520). Rio de Janeiro: Imago. 1973. (Texto original publicado em 1897-1923).

FREUD, S. *La naissance de la Psychanalyse*. Paris: PUF. 1991 (Texto original publicado em 1897).

FREUD, S. Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (v. XI, p. 59-126). Rio de Janeiro: Imago. 1976. (Texto original publicado em 1910).

FREUD, S. Moisés e o Monoteísmo. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (v. 23, p. 13-161). Rio de Janeiro: Imago. 1976. (Texto original publicado em 1934-1939).

FREUD, S. Totem e Tabu. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (v. XIII, p. 11-125). Rio de Janeiro: Imago. 1976. (Texto original publicado em 1912-1913).

FREUD, S. A dissolução do complexo de Édipo. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (v. XIX, p. 214-224). Rio de Janeiro: Imago. 1976. (Texto original publicado em 1924).

FREUD, S. Três ensaios sobre a sexualidade. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (v. VII, p. 117-230). Rio de Janeiro: Imago. 1976. (Texto original publicado em 1905).

FREUD, S. Romance Familiar do Neurótico. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (v. IX, p. 281-302). Rio de Janeiro: Imago. 1976. (Texto original publicado em 1908-1909).

FREUD, S. Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (v. VII, p. 123-252). Rio de Janeiro: Imago. 1976. (Texto original publicado em 1920).

FREUD, S. Sexualidade feminina. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (v. XXI, p. 255-279). Rio de Janeiro: Imago. 1976. (Texto original publicado em 1931).

FREUD, S. O estranho. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (v. XVII, p. 275-314). Rio de Janeiro: Imago. 1976 (Texto original publicado em 1919).

Freud, S. Psicologia das massas e análise do ego. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (v. XVIII, p. 81-178). Rio de Janeiro: Imago. 1976. (Texto original publicado em 1921).

KLEIN, M. *Contribuições à Psicanálise*. São Paulo: Mestre Jou. 1970. (Texto original publicado em 1921).

KLEIN, M. Algumas conclusões teóricas sobre a vida emocional do bebê. In: M. Klein et al. *Os Progressos da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 48-78. 1982. (Texto original publicado em 1931).

KLEIN, M. Sobre a criminalidade (1934). *Obras Completas: Amor, culpa e reparação e outros trabalhos*. (v. I; p. 296-300). Rio de Janeiro: Imago. 1996. (Texto original publicado em 1934).

LACAN, J. *Os complexos familiares na formação do indivíduo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997. (Texto original publicado em 1938).

LACAN, J. *O mito individual do neurótico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008. (Texto original publicado em 1952-1953).

LACAN, J. *O seminário, livro 3: as Psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1988. (Texto original publicado em 1955-1956).

LACAN, J. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999. (Texto original publicado em 1957-1958).

LACAN, J. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. (1969). Duas notas sobre a criança. *Opção lacaniana*. v.21, n.1, p. 5-6. 1969.

MEIRA, M. Y. *O porão da família: ensaios de psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2003.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

WINNICOTT, D. W. *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: Martins Fontes. 1975.

Data de recebimento: 30/01/2014

Data de aceite: 25/09/2014

Sobre os autores:

João Gualberto Teixeira de Carvalho Filho é mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), área de concentração “Estudos Psicanalíticos”. Psicanalista. Professor Aposentado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Endereço eletrônico: jogual@ufs.edu.br.

Wilson Camilo Chaves é doutor em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Psicanalista. Professor da Gr Mestrado em Psicologia (UFSJ). Endereço eletrônico: camilo@ufs.edu.br